

HABITAÇÃO

Consultores imobiliários procuram casas para refugiados

Profissionais da mediação imobiliária **criaram, de forma voluntária, uma rede que já reuniu 3403 habitações** para acolher famílias que estão a fugir da guerra da Ucrânia



Portugal mobilizou famílias, associações e autarquias para garantir alojamento aos refugiados ucranianos

Texto **AMADEU ARAÚJO**

Foto **NUNO BOTELHO**

Quartos em casas de familiares, alojamento cedido por pessoas anónimas, centros paroquiais e até estádios de futebol ou antigos centros de saúde. Estes são os alojamentos disponibilizados aos milhares de ucranianos que fogem do conflito no Leste europeu e que todos os dias chegam a Portugal.

Uns pagam renda, outros beneficiam da solidariedade nacional para morar em tempo de guerra num país distante. A solução tem sido disponibilizada através de uma plataforma gerida por um grupo de profissionais da mediação imobiliária. “De forma voluntária, localizamos alojamento temporário gratuito ou arrendamentos de baixo custo”, explica Carlos Carneiro, agente imobiliário e um destes voluntários. A rede Consultores Imobiliários pela Ucrânia atua de forma “desinteressada, não faz contratos ou mediação e apenas elenca ofertas e necessidades de alojamento”, precisa.

“E todos os dias chegam pedidos e ofertas”, adianta Carneiro. No começo da semana estavam alojadas 217 famílias e havia 3403 residências disponíveis (à hora do fecho desta edição), “principalmente nas áreas urbanas, onde há maior possibilidade de encontrar emprego para estas pessoas fugidas da guerra”, adianta o voluntário.

Lisboa, Aveiro e Porto concentram as escolhas dos requerentes de asilo, muitos dos quais “estão disponíveis para pagar renda, mas há quem não o consiga fazer”, explica o voluntário.

Mas a oferta é transversal a todo o país, incluindo Minho, Trás-os-Montes, Alentejo e Beiras. Há alojamento gratuito e rendas que variam entre os €350 pedidos por um T2 em Viana do Castelo ou quem esteja disponível para pagar €1000

por um T1. “Em termos médios, o valor das rendas oscila entre os €600 e os €700”, nota o consultor. E muitas destas pessoas “trouxeram as poupanças, não sabem se ficam definitivamente em Portugal ou se poderão regressar quando a guerra terminar”, conclui.

Aos consultores imobiliários juntam-se as ofertas das autarquias. Vila Nova da Barquinha, no distrito de Santarém, já disponibilizou três apartamentos na sede do concelho, já equipados. Neste distrito há ainda duas habitações no concelho do Sardoal.

Góis, no distrito de Coimbra, ainda está a consultar a comunidade para localizar imóveis desocupados, por tempo indeterminado, “em razoável estado de conservação e com condições de habitabilidade imediata, para acolher famílias ucranianas”, explica fonte da autarquia.

Em Baião, no distrito do Porto, foi criada uma bolsa de alojamento que conta já com 25 habitações, entre T0 e T4.

Em Leiria, o estádio da cidade foi transformado em centro de acolhimento com 54 camas, instaladas nos camarotes. Ainda neste distrito, mas em Pombal, o antigo Centro de Saúde de Silveirinha Pequena foi transformado em habitação comum e equipado para acolher 16 pessoas.

No distrito de Viseu, a Câmara Municipal de Tondela tem já disponíveis três apartamentos T2.

Em Seia, no distrito da Guarda, serão acolhidas 20 famílias em alojamentos públicos e privados. Na sede de distrito os refugiados vão ficar instalados no Centro Apostólico, cedido pela Diocese da Guarda.

Em Gaia, a autarquia disponibilizou um *hostel* para 30 pessoas e em Braga a Câmara Municipal providenciou habitação para 30 refugiados junto do movimento associativo.

A onda de refugiados chegou quando Portugal procura construir uma rede de alojamento de emergência, que ainda está na fase de candidaturas. A Bolsa Nacional de Alojamento Urgente, financiada através do Plano de Recuperação e Resiliência, ficará concluída no 2º trimestre de 2026 e envolve “respostas temporárias, antes de uma solução habitacional definitiva”, como consta do PRR. Em causa estão €138,1 milhões para financiar dois mil alojamentos temporários e 470 habitações permanentes para pessoas que “carecem de soluções de alojamento de emergência, devido a acontecimentos excecionais ou a situações de risco iminente”, justifica o programa.

Mas com o número de refugiados a aumentar todos os dias, “é francamente pouco”, assume Luís Mendes, investigador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. E aponta “a insuficiência de *stock* habitacional para garantir este alojamento de emergência”. Será “um desafio e uma pressão acrescida à integração destas populações”.

A rede Consultores Imobiliários pela Ucrânia atua de forma “desinteressada” e não faz contratos ou mediação
A oferta de habitação é transversal a todo o país, incluindo Minho, Trás-os-Montes, Alentejo e Beiras

A solução proposta por este especialista passa por “medidas mais coercivas e drásticas, que elevem o Imposto Municipal sobre Imóveis” às residências devolutas, para “que não seja benéfico para os proprietários não lhes dar uso social ou económico”. O geógrafo destaca ainda casas abandonadas “por heran-

ças indivisas, cadastro inexistente, dono desconhecido ou total desinteresse pelo proprietário que poderão ser expropriadas pelo Estado, como acontece em outros países e cidades europeias, em que o mercado de habitação se encontra sobreaquecido e não ajustado à procura, como Berlim ou Viena”.

Povoar o interior do país

Mas este acolhimento pode ainda servir para repovoar o Interior do país, “face à situação de estagnação demográfica”, defende o geógrafo. E com isso contribuir “para o rejuvenescimento da população, com novas dinâmicas demográficas e socioeconómicas, podendo reforçar o quantitativo de mão de obra disponível, que escasseia no país”, acrescenta Luís Mendes. Um “impacto crucial para a manutenção do tecido social e a sua sustentabilidade, redinamizando a economia local”, aponta o investigador.

Jorge Teixeira, arquiteto que já desenvolveu vários projetos

de alojamentos de emergência em Moçambique e na China, concorda com esta solução. E defende o envolvimento de autarquias e comissões de coordenação para a cedência de terrenos disponíveis nos centros urbanos onde possam ser instaladas *passive houses* (casas ecológicas), residências com tipologias entre T1 e T3, “autónomas do ponto de vista energético, com aproveitamento de águas residuais”. Habitações que “poderiam, no caso de estas famílias quererem regressar à Ucrânia, servir o mercado dos nómadas digitais”. Casas em madeira, com “um custo máximo de €40 mil e capazes de serem erguidas num mês”, explica o arquiteto.

Já a opção por concelhos do litoral para acolhimento dos refugiados terá uma influência “mais ténue, pois são territórios que já concentram contingentes populacionais elevados”, conclui.

economia@expresso.impresa.pt

